

CONCURSO PÚBLICO

PARA ADMISSÃO DE AGENTES UNIVERSITÁRIOS
NÍVEL SUPERIOR E NÍVEL MÉDIO

(Edital 158/2022-DIRCOAV/UNICENTRO)

CADERNO DE QUESTÕES ADVOGADO

Língua Portuguesa
Legislação
Conhecimentos Específicos

NOME DO CANDIDATO:

ASSINATURA DO CANDIDATO:



UNICENTRO
PARANÁ

CADERNO DE QUESTÕES – ADVOGADO

INSTRUÇÕES

01- Aguarde autorização para abrir o caderno de questões.

02- A interpretação das questões é parte do processo de avaliação, não sendo permitidas perguntas aos Fiscais.

03- Nesta prova, há questões objetivas, com quatro alternativas cada uma, indicadas com as letras A, B, C e D. As questões estão divididas conforme segue:

- a) 10 questões de Língua Portuguesa;
- b) 15 questões de Legislação;
- c) 15 questões de Conhecimentos Específicos – Advogado.

04- Ao receber a folha de respostas, examine-a e verifique se os dados nela impressos correspondem aos seus. Caso haja alguma irregularidade, comunique-a imediatamente ao Fiscal.

05- Transcreva para a folha de respostas o resultado que julgar correto em cada questão, preenchendo o círculo correspondente com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

06- Na folha de respostas, a marcação de mais de uma alternativa, na mesma questão, rasuras e preenchimento além dos limites do círculo destinado para cada marcação anulam a questão.

07- Não haverá substituição da folha de respostas por erro de preenchimento.

08- Não serão permitidos consultas, empréstimos e comunicação entre os candidatos, tampouco o uso de livros, apontamentos e equipamentos, eletrônicos ou não, inclusive relógio. O não cumprimento destas exigências implicará a eliminação do candidato deste Concurso Público.

09- Ao concluir a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao Fiscal. Aguarde autorização para devolver a folha de respostas, devidamente assinada no respectivo campo.

10- O tempo para o preenchimento da folha de respostas está contido na duração desta prova

DURAÇÃO DESTA PROVA: 4 HORAS

QUESTÕES DE LÍNGUA PORTUGUESA – 1 A 10

1) Os trechos abaixo compõem um texto, mas estão desordenados. Ordene-os para que componham um texto coeso e coerente e indique a opção correta.

O título do texto é: “O que esperar do Brasil em 2023? Neste artigo, o especialista explica sobre a economia brasileira, tendo em vista o cenário atual e o mercado internacional. 29/12/2022 13:30:02 - André Sacconato”

() O mercado não exige uma gestão contracionista, na qual o corte de gastos levaria, inclusive, a uma queda da relação entre dívida e Produto Interno Bruto (PIB), mas, sim, uma administração pouco expansionista ou neutra, bem como uma perspectiva sustentável para o longo prazo.

() O primeiro é muito direto: a posição relativa do Brasil no mundo. Pensemos. Quem são, atualmente, os nossos concorrentes por investimento em economias emergentes? A Turquia está envolvida em escândalos institucionais, graças a um quase ditador, Recep Erdogan.

() Retomando o texto anterior, em que tratamos das perspectivas para o mundo no ano que vem, hora de falar sobre o Brasil. Em 2023, o País deve se deparar com um cenário externo mais restrito, com menos liquidez e crescimento menor, principalmente das economias chinesa e centrais.

() O fato de o regulamento desses fundos não permitir investimentos sem o selo era o grande problema, até então. Agora, após a COP27, realizada no Egito, aparentemente teremos a chance de recuperar boa parte de um tempo perdido.

() Contudo, ainda que haja a possibilidade de viver uma conjuntura ruim, existe a esperança de a economia brasileira ter um ano bom, por alguns motivos.

() Por outro lado, a Rússia se engaja numa guerra sangrenta, enquanto agoniza uma economia combalida por embargos mundiais. Aqui, nas Américas, Argentina e México foram enfraquecidos por políticas econômicas populistas, inflação e baixíssimo crescimento econômico.

() A segunda vantagem é ainda mais direta. Diante da reinserção nacional nos selos ESG (Environmental, Social and Governance), principalmente em virtude da preservação da natureza, muitos fundos estrangeiros, que podem investir uma porcentagem dos seus ativos em nações emergentes, voltam a ter o Brasil como alvo.

() Sem contar a própria China, abatida pela política antimercado do líder Xi Jinping e pelo avanço impiedoso de outro surto de covid-19. É interessante notar que, mesmo com a diminuição da liquidez mundial causada pelo aumento de juros, os países em desenvolvimento ainda podem se beneficiar com um certo fluxo – neste caso, o Brasil deve ser uma das melhores opções.

() Além disso, há chances de a taxa de juros começar a dar trégua, já que o ajuste por aqui começou bem antes, facilitando a atração de investimentos produtivos.

() O Brasil já dispõe de boa parte de toda a estrutura necessária. A maior preocupação, hoje, é como a política fiscal será conduzida pelo próximo governo.

() A terceira prerrogativa: a despeito da desaceleração, temos uma economia que está se recuperando e bons números, principalmente no mercado de trabalho, com empregos formais e renda para consumo.

() No entanto, esta situação favorável não vem de graça. Os investidores externos procuram estabilidade, principalmente para longo prazo. Isso significa uma economia sem sustos, um governo responsável, um Banco Central independente e um olhar social eficiente – e, também, responsável.

() Caso o mercado receba um sinal positivo para o que deseja, certamente teremos um ano produtivo. Só dependerá de nós.

Fonte: <https://www.contabeis.com.br/artigos/7942/o-que-esperar-do-brasil-em-2023/> acesso em 15/01/2023

- a) 12° - 3° - 1° - 7° - 2° - 4° - 6° - 5° - 9° - 11° - 8° - 10° - 13°;
- b) 1° - 3° - 2° - 4° - 5° - 7° - 6° - 12° - 9° - 11° - 8° - 10° - 13°;
- c) 13° - 1° - 2° - 7° - 4° - 10° - 6° - 12° - 5° - 11° - 8° - 9° - 3°;
- d) 12° - 3° - 2° - 7° - 1° - 4° - 6° - 5° - 9° - 11° - 8° - 13° - 10°.

TEXTO PARA A QUESTÃO 02

Brasil

Estrada da Graciosa, no Paraná, é novamente interditada após desmoronamentos. Fortes chuvas que atingiram o litoral paranaense na tarde desta terça-feira causaram estragos na rodovia

Por Laura Mariano — São Paulo

04/01/2023 11h13 Atualizado 04/01/2023

A Estrada da Graciosa, ou PR-410, está novamente interditada nesta quarta-feira, após novos deslizamentos durante a madrugada. O bloqueio total da pista para limpeza ocorre entre os quilômetros 6 e 16, na altura da cidade de Morretes, segundo a Polícia Rodoviária Estadual. Os novos deslizamentos ocorreram nos quilômetros 9 e 11 da estrada, mas não há feridos.

Funcionários do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER/PR) farão uma nova inspeção no local após a limpeza da pista. A previsão é de liberação na tarde desta quarta, com revezamento de faixas nos dois sentidos.

Novos bloqueios podem ser feitos em caso de continuidade das chuvas e alterações na situação da encosta. A orientação do DER é que os motoristas evitem utilizar a PR-410 durante esse período.

A rodovia já estava operando com tráfego controlado desde o final de novembro, devido às fortes chuvas que causaram um deslizamento. Por causa do incidente, uma trinca de aproximadamente 50 metros de extensão fez o DER definir pela manutenção do bloqueio da estrada.

O acidente aconteceu há 11 dias, na mesma noite em que houve um deslizamento de grandes proporções na BR-376. As duas estradas são rotas para o litoral.

Deslizamento na BR-376

Um deslizamento de terra que aconteceu na noite de 28 de novembro, no km 669 da BR-376, em Guaratuba, no litoral do Paraná, deixou dois mortos.

O primeiro deslizamento foi registrado na pista por volta das 15h30 do mesmo dia, quando um trecho da encosta da rodovia cedeu e atingiu uma das faixas. Após o primeiro deslizamento, a concessionária interditou a faixa e o trânsito seguiu em pista única.

Quatro horas após o primeiro deslizamento, um novo trecho desmoronou e atingiu veículos que estavam no local, onde havia congestionamento por causa da faixa bloqueada para o trânsito.

Segundo um comunicado do governo do Paraná, a terra atingiu cerca de 200 metros de ambas as pistas da rodovia, onde havia trânsito intenso. Ao menos seis caminhões e 15 veículos foram arrastados para fora da pista.

Cerca de 7 mil m³ de terra já foram retirados da BR-376. A concessionária Arteris Litoral Sul afirmou que o ponto da rodovia onde houve deslizamentos “não apresentava risco” e é monitorado periodicamente.

Fonte: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/01/estrada-da-graciosa-no-parana-e-novamente-interditada-apos-novos-desmoronamentos.ghtml> acesso em 10/01/2023

2) Assinale a alternativa que contém afirmação INCORRETA sobre o texto:

- a) A Estrada da Graciosa, ou PR-410, teve novos deslizamentos de terra no início de janeiro de 2023 e precisou ser interditada.
- b) Na BR-376, um deslizamento de terra que aconteceu na noite de 28 de novembro, no km 669, em Guaratuba, no litoral do Paraná, deixou dois mortos, além de arrastar 15 caminhões e veículos para fora da pista.
- c) A rodovia PR-410 já estava operando com tráfego controlado desde o final de novembro, devido às fortes chuvas que causaram um deslizamento. Por causa do incidente, uma trinca de aproximadamente 50 metros de extensão fez o DER definir pela manutenção do bloqueio da estrada.
- d) Quatro horas após o primeiro deslizamento, um novo trecho desmoronou e atingiu veículos que estavam no local, onde havia congestionamento por causa da faixa bloqueada para o trânsito.



Fonte: www.juniao.com.br acesso em 16/07/2018

3) O efeito de humor foi um recurso utilizado pelo autor da charge para mostrar que o guarda

- a) apenas cumpriu sua função, ou seja, de parar qualquer pessoa que pareça um ladrão segundo os critérios de Cesare Lombroso.
- b) não é racista, pois enfatiza em seu discurso que o racismo é critério da cabeça do dono do veículo parado.

c) é racista, demonstrado pelo uso do operador argumentativo “mas” no discurso “Mas relaxa”, logo após ter mencionado que parou o rapaz apenas por “parecer” ser um ladrão. Isso, aliado à expressão facial e corporal, corrobora o discurso racista do guarda.

d) tentava mostrar para o rapaz do carro que essa é uma prática normal, afinal todos que, de acordo com Lombroso, tenham características criminosas devem ser averiguados.

4) Estelionato. Embora não haja legislação específica atualmente, algumas condutas previstas no anteprojeto poderiam ser enquadradas hoje como outros crimes. Um caso de favorecimento de um fornecedor mediante vantagens, por exemplo, pode levar a prejuízos indiretos, tais como qualidade dos produtos, condições de garantia ou até mesmo preços superfaturados, o que poderia ser configurado como estelionato, com pena prevista de até 5 anos de prisão.

O Ministério da Justiça disse que o anteprojeto deverá ser apreciado em novembro. Se chancelado, passará por análise de consultores jurídicos antes de ser encaminhado à Presidência da República, que poderá fazer a proposição da lei.

No contexto apresentado, a palavra “**chancelado**” poderia ser adequadamente substituída por

a) aprovado, confirmado.

b) regulado, pausado.

c) medido, cadenciado.

d) reverenciado, aprovado.

5) Com crise e cortes na ciência, jovens doutores encaram o desemprego: ‘Título não paga aluguel’

Geração formada durante o boom nos cursos de pós-graduação – e de ofertas de trabalho – hoje convive com a incerteza, disputando as poucas bolsas de pesquisa disponíveis ou tendo de deixar a ciência de lado para sobreviver.

O estatístico Paulo Tadeu Oliveira, de 55 anos, defendeu seu doutorado na Universidade de São Paulo (USP) em agosto de 2008. Dez anos depois, ainda não conseguiu ingressar no mercado de trabalho. O pesquisador, que é deficiente visual, emendou três pós-doutorados em busca de especialização e experiência, mas não passou nas diversas seleções para o quadro de universidades públicas. Atualmente, está no quarto estágio pós-doutoral, desta vez sem apoio financeiro.

Em busca de trabalho na iniciativa privada, ele consultou 18 headhunters para tentar enquadrar seu currículo ao mercado, mas encontrou respostas similares: o estatístico não possui experiência corporativa e, ao mesmo tempo, é considerado *overqualified* (qualificado demais) para as posições disponíveis. Em maio, ele relatou sua história à Comissão de Direitos Humanos da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e espera resposta.

Assim como Oliveira, diversos jovens doutores (ou seja, titulados recentemente) estão patinando profissionalmente. A concorrência continua crescendo: no ano passado, foram

formados 21.609 novos doutores – ao todo, são 302.298, incluindo estrangeiros residentes no país. [...]

<https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/com-crise-e-cortes-na-ciencia-jovens-doutores-encaram-o-desemprego-titulo-nao-paga-aluguel.ghtml> acesso em 10/01/2023

A coesão do texto é construída principalmente a partir do (a)

- a) emprego de diversas conjunções subordinativas que articulam as orações e períodos que compõem o texto.
- b) repetição de palavras e expressões que entrelaçam as informações apresentadas no texto.
- c) emprego de pronomes pessoais (ele) e expressões referenciais
- d) emprego de expressões que indicam sequência, progressividade, como: depois.

6) Assinale a alternativa que contém problemas de ambiguidade.

- a) “O sertanejo é, antes de tudo, um forte”. Guimarães Rosa
- b) “Time de futebol ficou preso por 18 dias em uma gruta de difícil acesso no Norte da Tailândia.”
- c) “Projeto prevê criminalizar corrupção privada no País.”
- d) “O advogado disse ao réu que suas palavras convenceriam o juiz.”

TEXTO PARA AS QUESTÕES 07 E 08

EXIGÊNCIAS DA VIDA MODERNA

Dizem que todos os dias você deve comer uma maçã por causa do ferro. E uma banana pelo potássio. E também uma laranja pela vitamina C.

Uma xícara de chá verde sem açúcar para prevenir a diabetes.

Todos os dias deve-se tomar ao menos dois litros de água. E uriná-los, o que consome o dobro do tempo.

Todos os dias deve-se tomar um Yakult pelos lactobacilos (que ninguém sabe bem o que é, mas que aos bilhões, ajudam a digestão).

Cada dia uma Aspirina, previne infarto.

Uma taça de vinho tinto também. Uma de vinho branco estabiliza o sistema nervoso.

Um copo de cerveja, para... não lembro bem para o que, mas faz bem.

O benefício adicional é que se você tomar tudo isso ao mesmo tempo e tiver um derrame, nem vai perceber.

Todos os dias deve-se comer fibra. Muita, muitíssima fibra. Fibra suficiente para fazer um pulôver.

Você deve fazer entre quatro e seis refeições leves diariamente.

E nunca se esqueça de mastigar pelo menos cem vezes cada garfada. Só para comer, serão cerca de cinco horas do dia... E não esqueça de escovar os dentes depois de comer.

Ou seja, você tem que escovar os dentes depois da maçã, da banana, da laranja, das seis refeições e enquanto tiver dentes, passar fio dental, massagear a gengiva, escovar a língua e bochechar com Plax.

Melhor, inclusive, ampliar o banheiro e aproveitar para colocar um equipamento de som, porque entre a água, a fibra e os dentes, você vai passar ali várias horas por dia.

Há que se dormir oito horas por noite e trabalhar outras oito por dia, mais as cinco comendo são vinte e uma. Sobram três, desde que você não pegue trânsito.

As estatísticas comprovam que assistimos três horas de TV por dia. Menos você, porque todos os dias você vai caminhar ao menos meia hora (por experiência própria, após quinze minutos dê meia volta e comece a voltar, ou a meia hora vira uma).

E você deve cuidar das amizades, porque são como uma planta: devem ser regadas diariamente, o que me faz pensar em quem vai cuidar delas quando eu estiver viajando.

Deve-se estar bem informado também, lendo dois ou três jornais por dia para comparar as informações.

Ah! E o sexo! Todos os dias, tomando o cuidado de não se cair na rotina. Há que ser criativo, inovador para renovar a sedução. Isso leva tempo – e nem estou falando de sexo tântrico.

Também precisa sobrar tempo para varrer, passar, lavar roupa, pratos e espero que você não tenha um bichinho de estimação.

Na minha conta são 29 horas por dia. A única solução que me ocorre é fazer várias dessas coisas ao mesmo tempo!

Por exemplo, tomar banho frio com a boca aberta, assim você toma água e escova os dentes.

Chame os amigos junto com os seus pais.

Beba o vinho, coma a maçã e a banana junto com a sua mulher... na sua cama.

Ainda bem que somos crescidinhos, senão ainda teria um Danoninho e se sobrassem 5 minutos, uma colherada de leite de magnésio.

Agora tenho que ir.

É o meio do dia, e depois da cerveja, do vinho e da maçã, tenho que ir ao banheiro. E já que vou, levo um jornal... Tchau!

Viva a vida com bom humor!!! Luis Fernando Veríssimo

Fonte: <https://www.refletirpararefletir.com.br/4-cronicas-de-luis-fernando-verissimo> acesso em 14/07/2018

7) Sobre os pronomes empregados no texto, analise as afirmações:

I – Em “Todos os dias deve-se tomar ao menos dois litros de água. E uriná-los, o que consome o dobro do tempo” - o pronome em destaque refere-se ao termo dois litros de água.

II – Em “E você deve cuidar das amizades, porque são como uma planta: devem ser regadas diariamente, o que me faz pensar em quem vai cuidar delas quando eu estiver viajando.” - o pronome em destaque refere-se ao termo amizades.

III – Em “Na minha conta são 29 horas por dia. A única solução que me ocorre é fazer várias dessas coisas ao mesmo tempo!” - o pronome em destaque refere-se ao termo 29 horas.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
 - b) III, apenas.
 - c) I e II, apenas.
 - d) I, II e III.
-

8) É CORRETO afirmar que, no texto apresentado, nesta questão, o autor

- a) enfatiza as maravilhas do mundo contemporâneo, apontando os benefícios para a saúde.
 - b) faz uma crítica humorada aos modismos “deve-se” comer isto, beber aquilo para a saúde melhorar e, ao final, termina enfatizando que “se deve” valorizar os pequenos momentos com os amigos, família e viver de bom humor.
 - c) critica aqueles que vivem correndo no dia a dia sem tempo para nada.
 - d) diz que o importante mesmo é beber vinho, comer a maçã, a banana e ter amigos.
-

9) A respeito da importância da semântica no uso da língua, assinale a alternativa em que há apenas parônimos:

- a) “Retificar”, “ratificar”, “discriminar”, “descriminar”;
 - b) “Caçar”, “cassar”, “seção”, “sessão”, “cessão”;
 - c) “Manga” (parte da camisa), “manga” (fruto), “almoço” (refeição), “almoço” (verbo);
 - d) “verão” (verbo) e “verão” (substantivo) / “cedo” (verbo) e “cedo” (advérbio)
-

10) Texto 1

Violência Contra a Mulher

A violência contra mulheres constitui-se em uma das principais formas de violação dos seus direitos humanos, atingindo-as em seus direitos à vida, à saúde e à integridade física. Ela é estruturante da desigualdade de gênero.

A violência contra as mulheres se manifesta de diversas formas. De fato, o próprio conceito definido na Convenção de Belém do Pará (1994) aponta para esta amplitude, definindo violência contra as mulheres como “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado” (Art. 1º). Além das violações aos direitos das mulheres e a sua integridade física e psicológica, a violência impacta também no desenvolvimento social e econômico de um país.

A violência atinge mulheres e homens de formas distintas. Grande parte das violências cometidas contra as mulheres é praticada no âmbito privado, enquanto que as que atingem homens ocorrem, em sua maioria, nas ruas. Um dos principais tipos de violência empregados contra a mulher ocorre dentro do lar, sendo esta praticada por pessoas próximas à sua convivência, como maridos/esposas ou companheiros/as, sendo também praticada de diversas maneiras, desde agressões físicas até psicológicas e verbais. Onde deveria

existir uma relação de afeto e respeito, existe uma relação de violência, que muitas vezes é invisibilizada por estar atrelada a papéis que são culturalmente atribuídos para homens e mulheres. Tal situação torna difícil a denúncia e o relato, pois torna a mulher agredida ainda mais vulnerável à violência. Pesquisa revela que, segundo dados de 2006 a 2010 da Organização Mundial de Saúde, o Brasil está entre os dez países com maior número de homicídios femininos. Esse dado é ainda mais alarmante quando se verifica que, em mais de 90% dos casos, o homicídio contra as mulheres é cometido por homens com quem a vítima possuía uma relação afetiva, com frequência na própria residência das mulheres.

Um dos instrumentos mais importantes para o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra as mulheres é a Lei Maria da Penha – Lei nº 11.340/2006. Esta lei, além de definir e tipificar as formas de violência contra as mulheres (física, psicológica, sexual, patrimonial e moral), também prevê a criação de serviços especializados, como os que integram a Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, compostos por instituições de segurança pública, justiça, saúde, e da assistência social.

A Lei Maria da Penha também teve uma importante vitória em fevereiro de 2012, em decisão do STF, quando foi estabelecido que qualquer pessoa poderia registrar formalmente uma denúncia de violência contra a mulher, e não apenas quem está sob essa violência.

Não é apenas no âmbito doméstico que as mulheres são expostas à situação de violência. Esta pode atingi-las em diferentes espaços, como a violência institucional, que se dá quando um servidor do Estado a pratica, podendo ser caracterizada desde a omissão no atendimento até casos que envolvem maus tratos e preconceitos. Esse tipo de violência também pode revelar outras práticas que atentam contra os direitos das mulheres, como a discriminação racial.

O assédio também é uma violência que pode ocorrer no ambiente de trabalho, em que a mulher se sente muitas vezes intimidada, devido a este tipo de prática ser exercida principalmente por pessoas que ocupam posições hierárquicas superiores as mesmas.

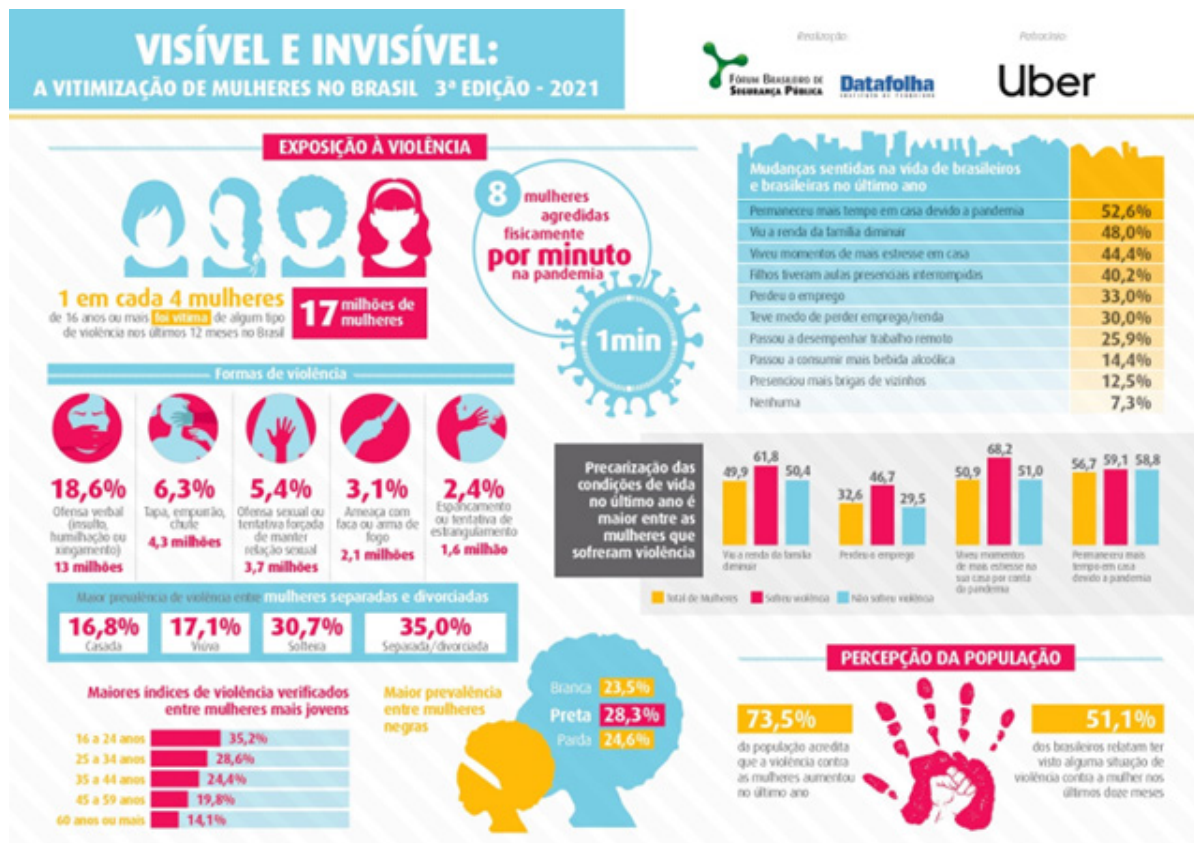
Mulheres lésbicas e bissexuais podem sofrer diversos tipos de violência em função de sua orientação sexual, desde agressões físicas, verbais e psicológicas, até estupro corretivos (que pretendem modificar a orientação sexual da mulher). Mulheres transexuais também se tornam alvos de preconceitos e agressões múltiplas, e ainda lidam com violências dentro de instituições, como as que ocorrem no ambiente de trabalho e nos serviços de saúde.

O tráfico e a exploração sexual de mulheres, meninas e jovens também é uma prática relevante no que diz respeito às violências de gênero. O tráfico de mulheres, que tenha como finalidade a exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, a escravidão, a servidão, a remoção de órgãos ou o casamento servil, envolve uma ampla rede de atores e ocorre tanto localmente quanto globalmente, e consiste em violação dos direitos humanos das mulheres.

O enfrentamento às múltiplas formas de violência contra as mulheres é uma importante demanda no que diz respeito a condições mais dignas e justas para as mulheres. A mulher deve possuir o direito de não sofrer agressões no espaço público ou privado, a ser respeitada em suas especificidades e a ter garantia de acesso aos serviços da rede de enfrentamento à violência contra a mulher, quando passar por situação em que sofreu algum tipo de agressão, seja ela física, moral, psicológica ou verbal. É dever do Estado e uma demanda da sociedade enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres. Coibir, punir e erradicar todas as formas de violência devem ser preceitos fundamentais de um país que preze por uma sociedade justa e igualitária entre mulheres e homens.

O texto acima foi reproduzido de página da internet, no sítio www.observatoriodegenero.gov.br, link <http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/areas-tematicas/violencia>.

Texto 2



A partir da leitura do texto 1 e do texto 2, analise as informações abaixo:

- I – Pode-se afirmar que a violência atinge homens e mulheres de formas distintas, pois enquanto aqueles normalmente são vítimas em ambientes públicos, estas sofrem em ambientes privados;
- II – Mulheres lésbicas e bissexuais podem sofrer diversos tipos de violência em função de sua orientação sexual, desde agressões físicas, verbais e psicológicas, até estupros corretivos (que pretendem modificar a orientação sexual da mulher).
- III – De acordo com o levantamento, 1 em cada 4 mulheres brasileiras acima de 16 anos (24,4%), ou seja, cerca de 17 milhões de mulheres, afirmaram ter sofrido alguma forma de violência durante a pandemia do covid-19, especificamente nos últimos 12 meses. Ainda, 5 em cada 10 brasileiros (51,1%) apontaram ter presenciado algum tipo de violência contra a mulher no seu bairro ou comunidade durante o último ano.
- IV - É possível afirmar que a violência prevalece contra mulheres negras e mulheres solteiras.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) III, apenas.
- c) II e IV, apenas.
- d) II e III, apenas.

QUESTÕES DE LEGISLAÇÃO – 11 A 25

11) Sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/1990, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, não dependendo do consentimento da criança ou do adolescente.
- b) A colocação em família substituta estrangeira constitui medida excepcional, admissível por meio de guarda, tutela ou adoção.
- c) Na apreciação do pedido de colocação em família substituta, levar-se-á em conta o grau de parentesco e a relação de afinidade ou de afetividade, a fim de evitar ou minorar as consequências decorrentes da medida.
- d) Os grupos de irmãos serão colocados sob adoção, tutela ou guarda de famílias substitutas diferentes, em qualquer circunstância.

12) A respeito do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/1990, analise as assertivas abaixo:

- I - A adoção depende do consentimento dos pais ou do representante legal do adotando.
- II - O prazo máximo para conclusão da ação de adoção será de 60 (sessenta) dias, prorrogável uma única vez por igual período.
- III - A adoção será deferida quando apresentar reais vantagens para o adotando e fundar-se em motivos legítimos.
- IV - A morte dos adotantes não restabelece o poder familiar dos pais naturais.

Estão CORRETAS as assertivas:

- a) I, III e IV.
- b) I e III.
- c) III e IV.
- d) I, II e IV.

13) Assinale a alternativa CORRETA sobre a Lei Estadual nº 6.174/1970.

- a) A nomeação em caráter efetivo para cargo público exige aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, sem exceções.
- b) Os cargos de provimento em comissão se destinam a atender encargos de direção, de chefia, de consulta ou de assessoramento.
- c) Em nenhuma hipótese o funcionário será provido em mais de um cargo efetivo.
- d) É competente para dar posse apenas o Chefe do Poder Executivo.

14) Ainda sobre a Lei Estadual nº 6.174/1970, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Em hipótese alguma ocorrerá posse por procuração.
 - b) A posse terá lugar no prazo de quarenta e cinco dias da publicação, no órgão oficial de divulgação, do ato de provimento.
 - c) Não é possível a remoção de servidor público por permuta.
 - d) Ao funcionário será assegurado o direito de remoção para cargo equivalente, no lugar de residência do cônjuge, se este também for servidor público.
-

15) Assinale a alternativa CORRETA sobre as formas de provimento em cargo público, dispostas na Lei Estadual nº 6.174/1970.

- a) Aproveitamento é a elevação do funcionário à classe imediatamente superior àquela a que pertence, dentro da mesma série de classes, obedecidos os critérios de merecimento e antiguidade, alternadamente.
 - b) Promoção é o provimento do funcionário em cargo mais compatível com a sua capacidade física ou intelectual e vocação.
 - c) Readaptação é o retorno do funcionário em disponibilidade ao exercício de cargo público.
 - d) A reintegração, que decorrerá de decisão administrativa ou judiciária, é o reingresso do funcionário no serviço público, com ressarcimento dos vencimentos e vantagens do cargo.
-

16) De acordo com a Lei Estadual nº 6.174/1970, assinale a alternativa que mostre ao menos um afastamento do servidor, NÃO considerado efetivo exercício.

- a) luto por falecimento de cônjuge, licença para tratos particulares que ultrapasse noventa dias durante um quinquênio e licença para tratamento de saúde.
 - b) júri, luto por falecimento de mãe e convocação para o serviço militar.
 - c) casamento, trânsito e férias.
 - d) licença compulsória, licença para tratamento de saúde e exercício de mandato legislativo da União, dos Estados e dos Municípios.
-

17) Assinale a alternativa INCORRETA sobre a licença à gestante, nos exatos termos do disposto na Lei Estadual nº 6.174/1970.

- a) Quando houver necessidade de preservar a saúde do recém-nascido, a licença poderá ser prorrogada por três meses.
- b) Salvo prescrição médica em contrário, a licença será concedida a partir do início do oitavo mês de gestação.

c) A funcionária gestante, quando em serviço de natureza braçal, terá direito a ser aproveitada em função compatível com o seu estado, a contar do terceiro mês de gestação.

d) À funcionária gestante é concedida, mediante inspeção médica, licença por três meses, com percepção do vencimento ou remuneração e demais vantagens legais.

18) De acordo com o Estatuto da Unicentro, assinale a alternativa que NÃO mostre um membro nato do Conselho Universitário.

a) Reitor.

b) Representante da comunidade de cada cidade que abriga os Campi Universitários.

c) Pró-Reitores.

d) Diretores de Setores.

19) Conforme o Estatuto da Unicentro, o que NÃO compete ao Conselho de Administração?

a) homologar os títulos acadêmicos.

b) deliberar sobre taxas, anuidades, contribuições e emolumentos, produtos e serviços.

c) pronunciar-se sobre a movimentação patrimonial de bens imóveis.

d) pronunciar-se sobre a proposta Orçamentária e financeira da Universidade.

20) Considerando o Estatuto da Unicentro, com que frequência o Conselho Universitário, COU, reúne-se?

a) O COU reúne-se, ordinariamente, uma vez a cada trimestre, mediante convocação do Presidente e, extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente, ou por requerimento da maioria absoluta de seus membros.

b) O COU reúne-se, ordinariamente, uma vez a cada semestre, mediante convocação do Presidente e, extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente, ou por requerimento da maioria qualificada de seus membros.

c) O COU reúne-se, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente, ou por requerimento da maioria qualificada de seus membros.

d) O COU reúne-se, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu Presidente, ou por requerimento da maioria absoluta de seus membros.

21) De acordo com o Estatuto da Unicentro, na vacância do cargo de Reitor,

a) o COU indica um servidor entre os seus membros, em mandato complementar, respeitadas as disposições estatutárias.

b) o COU convoca, no prazo máximo de trinta dias, eleição para provimento do cargo.

c) o CEPE indica um servidor entre os seus membros, em mandato complementar, respeitadas as disposições estatutárias.

d) o Vice-Reitor assume o cargo para complementação de mandato.

22) Segundo o Estatuto da Unicentro, a função de Pró-Reitor é exercida por servidor integrante do quadro de pessoal da UNICENTRO há, pelo menos,

a) quatro anos, designado pelo Reitor.

b) três anos, designado pelo Governador do Estado.

c) três anos, designado pelo Reitor.

d) quatro anos, designado pelo Governador do Estado.

23) Consoante ao Estatuto da Unicentro, o Conselho Setorial, CONSET, é

a) órgão do Campus Universitário, de caráter deliberativo e consultivo em matéria administrativa.

b) unidade da Reitoria que tem por finalidade planejar, coordenar, executar, orientar e controlar as atividades relativas ao ensino, à pesquisa, à extensão e à administração da universidade.

c) órgão do setor, de caráter deliberativo e consultivo em matéria de ensino, pesquisa e extensão.

d) órgão consultivo, normativo e deliberativo em matéria administrativa e financeira.

24) Considerando o contido no Regimento Geral da Unicentro, NÃO é órgão executivo da administração intermediária da Unicentro,

a) Departamento Pedagógico.

b) Direção de Campus Universitário.

c) Direção de Setor.

d) Direção de Campus Avançado.

25) De acordo com o Regimento Geral da Unicentro, os cursos de pós-graduação stricto sensu e de graduação da UNICENTRO-PR:

a) são criados e/ou alterados pelo CEPE, de acordo com projeto específico.

b) são criados e/ou alterados pelo COU, ouvidos o CEPE e o CAD, de acordo com projeto específico.

c) são criados e/ou alterados pelo CAD, de acordo com projeto específico.

d) são criados e/ou alterados pelo CEPE, ouvido o CAD, de acordo com projeto específico.

QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – ADVOGADO – 26 A 40

26) Sobre os Princípios da Administração Pública, analise as assertivas abaixo.

I – O princípio da publicidade pode ser definido como o dever de divulgação oficial dos atos administrativos e encarta-se num contexto geral de livre acesso dos indivíduos a informações de seu interesse e de transparência na atuação administrativa.

II – O princípio da tutela consagra o controle interno que a Administração Pública exerce sobre seus próprios atos. Assim, a Administração não precisa recorrer ao Judiciário para anular seus atos ilegais e revogar os atos inconvenientes que pratica.

III – O princípio da obrigatória motivação impõe à Administração Pública o dever de indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinaram a prática do ato.

IV – O princípio da presunção de legitimidade é preceito fundamental do ordenamento jurídico que impõe, ao legislador e à Administração Pública, o dever de dispensar tratamento igual a administrados que se encontram em situação equivalente.

Estão CORRETAS as seguintes afirmativas:

- a) I e III.
- b) I, II, III e IV.
- c) I, III e IV.
- d) III e IV.

27) Assinale a alternativa CORRETA a respeito da organização da Administração Pública.

- a) Descentralização é a técnica de cumprimento de competências administrativas por meio de órgãos públicos despersonalizados e sem divisões internas.
- b) Descentralização é a técnica de cumprimento de competências administrativas por uma única pessoa jurídica governamental.
- c) Na concentração, as competências administrativas são distribuídas a pessoas jurídicas autônomas, criadas pelo Estado para tal finalidade.
- d) Na desconcentração as atribuições são repartidas entre órgãos públicos pertencentes a uma única pessoa jurídica.

28) Com base na organização da Administração Pública, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Fundações públicas são pessoas jurídicas de direito público interno, pertencentes à Administração Pública Indireta, criadas por lei específica para o exercício de atividades típicas da Administração Pública.
- b) Empresa pública é pessoa jurídica de direito público interno, instituídas por lei específica mediante a afetação de um acervo patrimonial do Estado a uma dada finalidade pública.

- c) Autarquias são pessoas jurídicas de direito privado com capital inteiramente público e organização sob qualquer das formas societárias admitidas em direito.
- d) A sociedade de economia mista é pessoa jurídica de direito privado, em que há conjugação de capital público e privado, participação do Poder Público na gestão e organização sob forma de sociedade anônima.
-

29) Assinale a alternativa CORRETA sobre os Poderes da Administração Pública.

- a) No excesso de poder, o agente competente atua visando interesse alheio ao interesse público.
- b) O poder discricionário é exercido quando a lei atribui determinada competência definindo todos os aspectos da conduta a ser adotada, sem atribuir margem de liberdade para o agente público escolher a melhor forma de agir.
- c) A autoridade terá alguma margem de liberdade para aplicar penalidade ao agente público que cometer infrações funcionais.
- d) A avocação é a transferência temporária de competência administrativa de seu titular a outro órgão ou agente público subordinado à autoridade delegante.
-

30) O processo licitatório precede boa parte dos contratos administrativos. Há situações, no entanto, em que não é obrigatório licitar. De acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021, em qual das alternativas abaixo é inexigível a licitação?

- a) para contratação que possa acarretar comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos pelo Ministro de Estado da Defesa, mediante demanda dos comandos das Forças Armadas ou dos demais ministérios.
- b) aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.
- c) para contratação de profissionais para compor a comissão de avaliação de critérios de técnica, quando se tratar de profissional técnico de notória especialização.
- d) para celebração de contrato de programa com ente federativo ou com entidade de sua Administração Pública indireta que envolva prestação de serviços públicos de forma associada nos termos autorizados em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação.
-

31) Há diversas modalidades de licitação dispostas na legislação brasileira. Sobre o tema, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Convite é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.
- b) Leilão é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três)

pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.

c) A modalidade diálogo competitivo é restrita a contratações em que a Administração vise a contratar objeto que envolva, entre outras situações dispostas na legislação, inovação tecnológica ou técnica.

d) Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.

32) Sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, regulamentada por meio da Lei Federal nº 12.846/2013, assinale a alternativa CORRETA.

a) As pessoas jurídicas serão responsabilizadas subjetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos Lei Federal nº 12.846/2013 praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.

b) A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei 12.846/2013, ou para provocar confusão patrimonial, sendo estendidos todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica aos seus administradores e sócios com poderes de administração, observados o contraditório e a ampla defesa.

c) A competência para a instauração e o julgamento do processo administrativo de apuração de responsabilidade da pessoa jurídica não poderá ser delegada.

d) A comissão designada para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica não poderá, em nenhuma hipótese, propor à autoridade instauradora que suspenda os efeitos do ato ou processo objeto da investigação.

33) Assinale a alternativa INCORRETA sobre a Lei Federal nº 12.846/2013 e o acordo de leniência.

a) O acordo de leniência poderá ser celebrado, mesmo que a pessoa jurídica continue com seu envolvimento na infração investigada.

b) O acordo de leniência não exime a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano causado.

c) Os efeitos do acordo de leniência serão estendidos às pessoas jurídicas que integram o mesmo grupo econômico, de fato e de direito, desde que firmem o acordo em conjunto, respeitadas as condições nele estabelecidas.

d) A celebração do acordo de leniência interrompe o prazo prescricional dos atos ilícitos previstos na Lei 12.846/2013.

34) Sobre os serviços públicos, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Os serviços públicos *uti universi* são executados pela Administração Pública para atender às suas necessidades internas ou como forma de preparação para outros serviços que serão prestados ao público.
 - b) Os serviços públicos *uti singuli* são prestados à coletividade em geral, sem a identificação individual dos usuários e, portanto, sem a possibilidade de determinar a parcela do serviço usufruída por cada pessoa.
 - c) Os serviços públicos administrativos são prestados a usuários determinados, sendo possível mensurar a sua utilização por cada um deles.
 - d) Serviços não essenciais ou serviços de utilidade pública são aqueles que podem ser prestados por particulares.
-

35) De acordo com as disposições constitucionais sobre os agentes públicos, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) É possível a acumulação remunerada entre um cargo de professor e outro cargo técnico ou científico, quando houver compatibilidade de horários.
 - b) Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
 - c) O servidor público estável perderá o cargo somente em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
 - d) São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
-

36) Sobre o processo licitatório das Parcerias Público-Privadas, nos termos da Lei Federal nº 11.079/2004, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A contratação de parceria público-privada será precedida de licitação somente na modalidade concorrência.
- b) O julgamento poderá ser precedido de etapa de qualificação de propostas técnicas, desclassificando-se os licitantes que não alcançarem a pontuação mínima, os quais não participarão das etapas seguintes.
- c) O edital do processo licitatório para contratação de parceria público-privada não poderá prever a inversão da ordem das fases de habilitação e julgamento.
- d) O instrumento convocatório não poderá prever arbitragem para dirimir conflitos decorrentes ou relacionados ao contrato.

37) Sobre os contratos administrativos, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Nos contratos administrativos há plena igualdade entre as partes, de modo que são regidos pelo direito privado.
 - b) Pelo fato de se tratar de contrato administrativo, não se aplica a presunção de legitimidade.
 - c) Nos contratos administrativos não existem, em hipótese alguma, cláusulas exorbitantes, em que a Administração Pública se sobrepõe ao particular.
 - d) De forma geral, os contratos administrativos são caracterizados pela existência de interesses contrapostos, enquanto os convênios são ajustes firmados pela Administração para mútua cooperação e com ausência de interesses contrapostos.
-

38) Examine as assertivas abaixo sobre o Código de Processo Civil, Lei Federal nº 13.105/2015.

I - É competente o foro de domicílio do autor para as causas em que seja autor Estado ou o Distrito Federal.

II - Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença proferida contra os Estados e suas respectivas autarquias e fundações de direito público.

III - A certidão de dívida ativa da Fazenda Pública dos Estados é título executivo extrajudicial.

IV - A citação dos Estados e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial.

Estão CORRETAS:

- a) As afirmativas II, III e IV.
 - b) Apenas a afirmativa I.
 - c) As afirmativas III e IV.
 - d) As afirmativas I e II.
-

39) Sobre as provas, de acordo com o Código de Processo Civil, Lei Federal nº 13.105/2015, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Os fatos admitidos no processo como incontroversos dependem de prova.
- b) A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que o prévio conhecimento dos fatos possa justificar ou evitar o ajuizamento de ação.
- c) Na petição, o requerente apresentará as razões que justificam a necessidade de antecipação da prova e mencionará com precisão os fatos sobre os quais a prova há de recair, de modo que o juiz poderá se pronunciar sobre a ocorrência ou a inoocorrência do fato e sobre as respectivas consequências jurídicas.
- d) A confissão judicial faz prova contra o confitente e os litisconsortes.

40) Sobre os recursos em Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA à luz da Lei Federal nº 13.105/2015.

- a) Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre, por exemplo: tutelas provisórias, rejeição da alegação de convenção de arbitragem, incidente de desconsideração da personalidade jurídica, exibição ou posse de documento ou coisa e exclusão de litisconsorte.
- b) O recorrente desiste do recurso, condicionado à anuência do recorrido ou dos litisconsortes.
- c) O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, em qualquer circunstância.
- d) A apelação, interposta por petição dirigida ao juízo de segundo grau, conterà os nomes e a qualificação das partes; a exposição do fato e do direito; as razões do pedido de reforma ou de decretação de nulidade; e o pedido de nova decisão.